

CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI
PODER LEGISLATIVO

VEREADOR DR. PAULO FERNANDO CREPALDI (PSB)

PROJETO DE LEI Nº 39 / 2025

Autor: Vereador Dr. Paulo Fernando Crepaldi.

“Dispõe sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) à pessoa com câncer, portadores de doenças graves, pacientes em estado terminal ou sob cuidados paliativos no âmbito do Município de Bariri, e dá outras providências.”

Art. 1º Fica concedida isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao imóvel residencial **que seja:**

I – **De propriedade e residência do contribuinte** com câncer e/ ou portador de doença grave, incurável ou em estado terminal; ou

II – **De propriedade e residência de familiar em primeiro grau** (pais, filhos, cônjuge ou companheiro), **que abrigue o paciente portador** de uma das doenças previstas nesta Lei.

Art. 2º A isenção também poderá ser concedida ao **imóvel alugado**, desde que:

I – o requerente seja **locatário do imóvel**;

II – o **contrato de locação** estabeleça expressamente que o **pagamento do IPTU é de responsabilidade do locatário**; e

III – sejam atendidas todas as demais condições e comprovações exigidas nesta Lei.

Art. 3º São considerados beneficiários os pacientes sob cuidados paliativos e/ ou portadores das doenças graves elencadas no art. 151 da Lei Federal nº 8.213/91, com as alterações da Lei nº 13.135/2015, dentre as quais:

- Tuberculose ativa;
- Hanseníase;
- Neoplasia maligna (câncer);
- Cegueira;
- Paralisia irreversível e incapacitante;
- Cardiopatia grave;
- Doença de Parkinson;
- Espondiloartrose anquilosante;
- Nefropatia grave;
- Estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS);
- Contaminação por radiação;
- Hepatopatia grave.

§1º Incluem-se também as seguintes doenças e condições clínicas:

- **Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA);**
- **Demência avançada;**
- **Câncer metastático;**

Câmara Municipal de
Bariri/SP

16 OUT 2025

PROTOCOLO

Nº 900



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR DR. PAULO FERNANDO CREPALDI (PSB)

- **Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) em estágio terminal;**
- **Insuficiência cardíaca em estágio final;**
- **Doença de Alzheimer em fase terminal;**
- **Qualquer outra doença incurável, progressiva ou irreversível, com expectativa limitada de vida e sem chance de reversão, ainda que não conste expressamente na legislação federal.**

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Doença terminal: Aquela de caráter incurável, progressivo ou irreversível, que evolui para o óbito, com expectativa limitada de vida, independentemente de constar ou não em listas oficiais.

II – Cuidados paliativos: Abordagem multiprofissional destinada à melhoria da qualidade de vida de pacientes e familiares diante de doenças que ameaçam a continuidade da vida, visando **aliviar o sofrimento, controlar sintomas e preservar a dignidade humana**, e não necessariamente promover a cura.

Art. 5º O benefício de isenção será concedido somente para um único imóvel por núcleo familiar, observando-se:

I – que o imóvel seja de uso exclusivamente residencial; e

II – que o portador da doença seja proprietário, dependente ou locatário responsável pelo pagamento do IPTU do imóvel objeto da isenção.

Art. 6º A concessão da isenção dependerá de requerimento formal do interessado junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal, instruído com os seguintes documentos:

I – Cópia de documento de identidade e CPF do requerente;

II – Comprovante de propriedade ou contrato de locação em que conste a responsabilidade pelo pagamento do IPTU;

III – Comprovante de residência do requerente ou do paciente no imóvel objeto do pedido;

IV – Laudo ou relatório médico atualizado, emitido por médico especialista, contendo o CID da doença, o estado clínico atual e a descrição de incurabilidade ou irreversibilidade;

V – Outros documentos que o Poder Executivo considerar necessários.

Art. 7º A isenção terá validade de 1 (um) ano, devendo ser renovada anualmente mediante apresentação de nova comprovação médica do quadro clínico que justifique a continuidade do benefício.

Art. 8º A isenção cessará automaticamente:

I – Quando deixar de ser comprovado o quadro clínico que motivou o benefício;

II – Em caso de alienação do imóvel;

III – Com o falecimento do beneficiário, salvo se o cônjuge, companheiro ou dependente também se enquadrar nos critérios desta Lei;

IV – No caso de informações falsas, uso indevido ou irregularidade na documentação.

7/14



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR DR. PAULO FERNANDO CREPALDI (PSB)

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, estabelecendo os procedimentos administrativos para análise, concessão, renovação e controle da isenção.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício fiscal subsequente ao do deferimento do pedido de isenção.

JUSTIFICATIVA::

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O presente projeto de lei nasce do **dever ético e moral desta Casa de Leis** de proteger a dignidade das pessoas que mais sofrem — aquelas acometidas pelo **câncer**, por **doenças graves, incuráveis ou em estado terminal**, e que, muitas vezes, enfrentam o tratamento com recursos escassos e sem o amparo adequado do poder público.

É de conhecimento de todos a **situação de precariedade dos serviços públicos de saúde no Município de Bariri**, marcada pela **falta de médicos, carência de profissionais da saúde complementar e desabastecimento crônico de medicamentos essenciais**. Essa realidade tem **agravado o sofrimento das famílias mais vulneráveis**, que, diante da omissão e da insuficiência estrutural do sistema público, são obrigadas a custear consultas particulares, medicamentos de alto custo, exames e deslocamentos para outros municípios em busca de atendimento.

Esses gastos — inevitáveis e muitas vezes urgentes — **têm desestabilizado financeiramente famílias inteiras**, especialmente aquelas que possuem um membro doente e dependente de cuidados contínuos.

É comum que, nessas situações, um dos familiares precise abandonar o trabalho para dedicar-se integralmente ao cuidado do ente querido, o que agrava ainda mais o impacto econômico e emocional.

Diante desse cenário, a **isenção do IPTU** proposta por este projeto representa **um gesto concreto de solidariedade e justiça social**, um pequeno alívio em meio a uma luta diária que envolve dor, renúncia e esperança.

Não se trata apenas de uma questão tributária, mas de uma **afirmação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana** — princípio este que deve nortear toda política pública municipal.

A desoneração do imposto sobre o imóvel em que vive o paciente — ou onde é acolhido por familiares de primeiro grau — tem por objetivo **minimizar o impacto financeiro causado pela precariedade da assistência médica pública**, oferecendo uma compensação simbólica e prática às famílias que se veem sozinhas diante do peso do tratamento de uma doença grave.

7/6



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR DR. PAULO FERNANDO CREPALDI (PSB)

A proposta é, portanto, um **ato de sensibilidade e humanidade**, que reafirma o compromisso desta Câmara Municipal com os valores mais nobres da função pública: **proteger a vida, aliviar o sofrimento e promover a justiça social.**

Diante dessa realidade que exige **ação imediata e empática**, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Lei, que representa não apenas uma norma jurídica, mas um **gesto de respeito e compaixão para com os cidadãos baririenses** que mais necessitam de amparo.

Sala das Sessões, _____ de outubro de 2025.

Dr. Paulo Fernando Crepaldi
Vereador PSB – Câmara Municipal de Bariri

4/4